

# ANÁLISE DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB ENFOQUE PÚBLICO E PRIVADO: A RELAÇÃO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Gissele Prette Heil<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-9351-1736>

Júlio Eduardo Ornelas Silva<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-8239-9606>

Recebido em: 25 nov. 2020

Aceito em: 18 dez. 2020

**Como citar este artigo:** HEIL, G. P.; ORNELAS SILVA, J. E. . ANÁLISE DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB ENFOQUE PÚBLICO E PRIVADO: A RELAÇÃO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: ANALYSIS OF HIGHER EDUCATION INDICATORS FROM A PUBLIB AND PRIVATE FOCUS: THE UNIVESITY AND SOCIETY RELATIONSHIP. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 9, n. 2, p. 254-263, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33362/visao.v9i2.2427>

**Resumo:** É intrínseca a relação entre as universidades e a sociedade, em que uma influência a outra, e ambas são beneficiadas dessa relação. Entretanto, alguns autores tem refletido sobre se essa relação é equilibrada e se a resultante contribui para um ambiente socialmente democrático. Tendo por objetivo contrastar indicadores da educação superior com as reflexões de alguns autores, sob o enfoque do setor público e privado, este artigo levantou pesquisas empíricas sobre a evolução de matrículas em cursos de graduação no setor privado e público, números de instituições de educação superior públicas e privadas, programas de financiamento estudantil e de assistência estudantil. Por meio de análises interpretativistas, concluiu-se que o Estado tem direcionado o enfoque da educação superior para o setor privado, ao mesmo tempo em que tem promovido políticas públicas para o financiamento e assistência aos estudantes que desejam ingressar e permanecer em cursos de graduação.

**Palavras-Chave:** Universidades. Gestão Universitária. Educação Superior. Indicadores.

## ANALYSIS OF HIGHER EDUCATION INDICATORS FROM A PUBLIB AND PRIVATE FOCUS: THE UNIVESITY AND SOCIETY RELATIONSHIP

**Abstract:** The relationship between universities and society is intrinsic, in which one influence the other, and both benefit from this relationship. However, some authors have reflected whether this relationship is balanced and whether the resulting one contributes to a socially democratic environment. With the objective of contrasting higher education indicators whit the reflections of some authors, under the public and private sector approach, this article raised empirical research on the evolution of enrollment in

<sup>1</sup> Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE: E-mail: [gissele.prette@gmail.com](mailto:gissele.prette@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: E-mail: [julioornelas@yahoo.com.br](mailto:julioornelas@yahoo.com.br).

undergraduate courses in the private and public sector, numbers of higher education institutions public and private, student finance and student assistance programs. Through interpretive analysis, it was concluded that the State has directed the focus of higher education on the private sector, while promoting public policies for financing and assisting students who wish to enter and remain in undergraduate courses.

**Keywords:** Universities. University Management. Higher Education. Indicators.

## INTRODUÇÃO

A relação universidade e sociedade remonta desde a concepção dessa instituição, que inicialmente tinha o papel de guardião do saber. Partindo da teoria de sistemas, o sistema universitário não pode ser entendido como fechado, possuindo íntima relação com o ambiente externo em que está inserido. No começo de sua existência, conforme Woods Jr. (2008), as universidades tinham importante papel de guardar e manter os conhecimentos existentes da humanidade, sendo composta, em termos de recursos humanos, por membros da Igreja Católica, e conseqüentemente, por ela influenciada.

Com o passar dos séculos, e a transferência do poder da Igreja para a monarquia, as universidades passaram a ser influenciadas pelo Estado (WOODS JR., 2008). De guardiãs do conhecimento, começaram também a transmiti-los por meio do ensino, o que gerou a denominação de universidade do ensino. O desenvolvimento das sociedades, notadamente a partir da globalização (mercantilização) e da revolução industrial, demandou das universidades pesquisas, com potencial de inovação. Essa visão faz surgir a denominação de universidade da pesquisa.

Ao longo da história, as universidades tiveram o papel de formar pessoal de elevado grau de profissionalização, a exemplo do Estado francês, que demandava dessas instituições a formação de quadros para atuar no próprio Estado. Contemporaneamente, as universidades são conceituadas como espaços para ensino, pesquisa e extensão, a exemplo do disposto no art. 207 da Constituição Federal brasileiro (BRASIL, 1988).

É intrínseca, portanto, a relação da universidade com a sociedade, pois se a primeira é influenciada por políticas estatais para seu funcionamento, a sociedade também é beneficiada, ao receber pessoal qualificado em termos de conhecimento, resultados de pesquisas e ações de extensão. Os produtos das universidades tem potencial para fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural da sociedade que a circunda.

A relação universidade e sociedade, como toda relação ideal, deveria ter como resultante, benefício para ambos os lados. Entretanto, alguns autores oferecem reflexões se de fato essa relação, no contexto brasileiro, é adequada, a partir do momento em que o Estado promove políticas públicas que podem interferir no contexto interno das instituições e no ambiente em que estão inseridas. Dentre esses autores, este trabalho traz breves destaques

para Chauí (2003), Freire (2011) e Bianchetti e Sguissardi (2017), que indagam, entre outras questões, sobre a equidade entre o setor público e privado em que as universidades pertencem, e os reflexos para a própria sociedade, em termos de democracia e melhoria social.

Diante desse contexto, este trabalho objetiva contrastar indicadores da educação superior com as reflexões dos autores mencionados, sob o enfoque do setor público e privado. Metodologicamente, a partir de levantamentos de estudos empíricos publicados sobre matrículas, instituições, programas de financiamento e assistência estudantil, e após análises interpretativistas, foi possível indicar qual o direcionamento do Estado brasileiro para as políticas públicas na educação superior, e para um viés público, ou privado.

Na seção dos resultados, esse direcionamento fica perceptível ao se conhecer a evolução no número de matrículas no decorrer de cinco décadas (1960 a 2010), apresentada por Corbucci, Kubota e Meira (2016); pela evolução no número de instituições de educação superior públicas e privadas ao longo de vinte e sete anos (1990 a 2017), evidenciada por Borges e Ribeiro (2019); bem como pela evolução no repasse recursos às universidades federais aplicado em assistência estudantil durante seis anos (de 2008 a 2014), demonstrado por Camargo (2014).

O artigo está estruturado em cinco seções, sendo esta introdução, referencial teórico, aspectos metodológicos, resultados e conclusões.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Esta seção apresenta aspectos teóricos sobre contribuições para uma nova perspectiva de concepção da educação e da universidade, a partir dos autores Marilena Chauí, Paulo Freire e Lucídio Bianchetti./ Valdemar Sguissardi.

A Universidade, desde sua origem no século XI, na Europa, passou por diversas transformações, pois conforme histórico apresentado por Woods Jr. (2008), se inicialmente a universidade era guardiã do conhecimento, posterior passou a ser produtora e transmissora do conhecimento na sociedade em que se inseria. No Brasil, Chauí (2003) evidencia que a partir da reforma do Estado, as universidades públicas brasileiras sofreram mudanças, passando a ser definida como organização social, ou seja, a educação deixou de ser concebida como direito e passou a ser um serviço, deixando de ser pública e passando a ser privatizada.

Com essas mudanças, alguns reflexos são evidenciados, designando a universidade operacional, segundo Freitag, citado por Chauí (2003), por ser regida por contratos de gestão, avaliada por produtividade, direcionada para ser flexível. A docência passa a ser considerada como mera transmissão de conhecimentos, ocultando a essência da docência, que é a formação e a pesquisa, que passa a ser operacional, sem o foco da investigação como ciência. Sob a perspectiva operacional, a universidade pública passa uma modernização, desencadeada

pelos órgãos internacionais.

O conhecimento e a informação tornaram-se forças produtivas, gerando acúmulo e reprodução, e ocasionando uma explosão de conhecimento, cujo foco é competitivo e mercadológico, e tendo como efeitos para as universidades, a “diminuição do tempo de graduação, pós-graduação, para realização de dissertações de mestrado e teses de doutorado” (Chauí, 2003, p. 11).

Com relação à educação permanente ou continuada, com a expansão do mundo globalizado e conseqüentemente com as evoluções constantes, tende-se a confundir educação com “reciclagem”, demandado pelo mercado competitivo. Entende-se que “a educação é inseparável da formação e é por isso que ela só pode ser permanente”. (CHAUI, 2003, p. 11).

A mudança da universidade pública sob a ótica da democracia e da formação, destaca os seguintes aspectos, para Chauí (2003): posicionamento contra a exclusão social, definição ou redefinição da autonomia universitária, rompimento da confusão entre democracia e massificação do ensino superior, revalorização da docência e da pesquisa, exigindo políticas de financiamentos públicos, posicionamento sobre as ideias de sociedade do conhecimento e educação permanente.

Freire (2011, p. 18), por sua vez, evidencia o compromisso do profissional com a sociedade, a importância do profissional estar consciente quanto ao seu comprometimento.

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de distanciar-se dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se.

Percebendo esse comprometimento o homem através da realidade na qual está inserido, torna-se crítico e agente de mudança e não de mera reprodução, fugindo da alienação, pois o mesmo deve ser o sujeito de sua própria educação, buscando-a permanentemente. Para que esse processo ocorra, é preciso ter uma sociedade com o aparecimento de novos valores, a fim de propiciar a participação de todos e não só de uma parte privilegiada da sociedade. (FREIRE, 2011)

Bianchetti e Sguissardi (2017, p. 14) destaca como foi rápida e crescente a transformação das universidades no Brasil em organizações mercadológicas, bem como a educação tornou-se uma financeirização.

[...] optou-se pelo termo *commoditycidade*, dado que tudo na educação superior/universidade, incluindo as próprias instituições, é transformado em mercadoria/*commodity* submetida ao crivo do mercado, em que a bolsa de valores constitui-se no “altar” onde esta metamorfose chega ao paroxismo.

A educação virou um grande negócio, submetendo-se a lei da oferta e da procura, e

cada vez mais as universidades são administradas e voltadas para uma organização, e cada vez menos como instituição (BIANCHETTI; SGUISSARDI 2017).

Bianchetti e Sguissardi (2017) destaca que o jovem filósofo Nietzsche (1844 – 1900), já apontava que o futuro das universidades seria sério e perturbador, vislumbrado que as instituições que atendem as exigências do Estado ou do mercado, poderiam deixar de cumprir o seu papel essencial, que é a formação.

Chaui (2003, p. 5), afirma que a “Universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada, a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”, tendo como premissa levar em conta os anseios da sociedade e não perder de vista a sua essência que é a formação. Esta formação que vai muito além dos livros e das salas de aula, é aquela que capaz de fazer emergir novos pensamentos, novas práticas a fim de transformar o cidadão em um ser ativo e que contribua com o desenvolvimento da sociedade.

O percurso metodológico adotado neste trabalho, explicitando os caminhos adotados para a confecção da pesquisa. Inicialmente, foi realizado um breve levantamento bibliográfico da temática universidade e sociedade, com os autores Chaui (2003), Woods Jr. (2008), Freire (2011) e Bianchetti e Sguissardi (2017). O levantamento possibilitou uma visão sobre o papel das instituições de educação superior na sociedade, na percepção dos autores, sob um enfoque do ambiente privado e público.

Na sequência, e visando atender ao objetivo, foi feito um levantamento de pesquisas realizadas que retratassem a evolução histórica de alguns indicadores da educação superior. Pesquisas dos autores Corbucci, Kubota e Meira (2016), Almeida, Almeida e Teixeira Filho (2017), Borges e Ribeiro (2019) e Camargo (2014) possibilitaram apresentar dados sobre matrículas em cursos de graduação no setor público e privado, instituições de educação superior públicas e privadas, programas de financiamento estudantil no setor privado e programa de assistência estudantil no setor público.

Por meio de análise interpretativista, os dados das pesquisas encontradas foram contrastados com o referencial teórico abordado, possibilitando confirmar reflexões teóricas de autores, a partir de dados empíricos.

Com base nesse percurso adota, este trabalho é classificado como pesquisa qualitativa, descrita e com análise interpretativista.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresentar dados de pesquisas de autores que trataram da educação superior brasileira, demonstrando e analisando informações sobre matrículas, instituições de educação superior, programas de financiamento e de assistência estudantil.

Para iniciar, o estudo de Corbucci, Kubota e Meira (2016) apresenta dados sobre a

evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil, entre a década de 1960 a 2010, conforme tabela 1.

**Tabela 1** Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais, segundo a natureza institucional – Brasil (1960-2010)

Ano	Pública		Privada		Total
	Matrículas	Total (%)	Matrículas	Total (%)	
1960	59.624	58,6	47.067	41,4	<b>101.691</b>
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	<b>425.478</b>
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	<b>1.377.286</b>
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	<b>1.540.080</b>
2000	887.026	32,9	1.807.219	67,1	<b>2.694.245</b>
2010	1.461.696	26,8	3.987.424	73,2	<b>5.449.120</b>

Fonte: Elaborado por Corbucci, Kubota e Meira (2016, p. 8).

O que se observa nos dados apresentados por Corbucci, Kubota e Meira (2016) é que o quantitativo de matrículas em cursos de graduação presenciais em instituições públicas evoluiu mais de 2.451%, passando de 59.624 matrículas para 1.461.696 matrículas. Concomitantemente, as matrículas em instituições privadas evoluíram mais de 8.471%, passando de 47.067 matrículas para 3.987.424 matrículas.

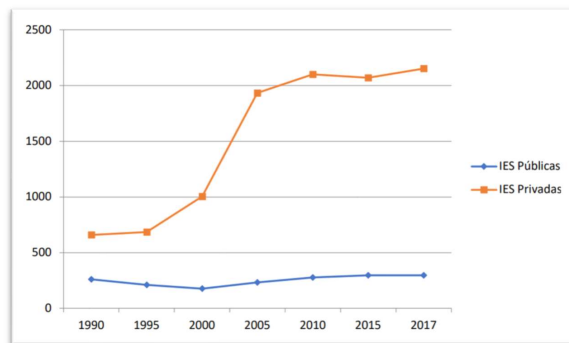
Pode-se notar que houve uma inversão dos papéis entre instituições públicas e privadas, da década de 1960 para 2010, quanto a participação na sociedade, em números de matrículas em cursos de graduação. Isso pois enquanto que as instituições públicas representavam 58,6% das matrículas na década de 1960, passou a representar apenas 26,8% em 2010, ao passo que as instituições privadas saltaram de 41,4% para 73,2% no mesmo período.

Corbucci, Kubota e Meira (2016) explicam que a mudança de representatividade iniciou na década de 1970, tendo como provável fator motivador, a Reforma Universitária de 1968. Como pode ser constatado na tabela 1 elaborada pelos autores, o percentual de participação em matrículas na graduação das instituições privadas superou as das instituições públicas a partir da década indicada, aumentando ao longo das décadas seguintes até 2010.

A pesquisa de Corbucci, Kubota e Meira (2016) corrobora o entendimento de Chaui (2003), pois é uma evidenciação empírica das mudanças vivenciadas pelas universidades públicas brasileiras, sensivelmente a partir da reforma do Estado apontado pela autora. Almeida, Almeida e Teixeira Filho (2017) complementam que no caso brasileiro, ocorreu, a partir da década de 1990, o que denominam de massificação do ensino superior brasileiro, no qual os programas FIES e PROUNI foram as ferramentas do Estado que contribuíram para a expansão de um modelo de privatização. Ambas as ferramentas são programas de financiamento estudantil, sendo o FIES o Fundo de Financiamento Estudantil, em que o estudante formado deve ressarcir o que foi financiado, e o PROUNI o Programa Universidade Para Todos concedia bolsas, parciais ou integrais.

Borges e Ribeiro (2019) apresentam uma pesquisa sobre a expansão da educação superior brasileira a partir dos anos de 1990, indagando na publicação, se a expansão é uma democratização ou massificação. A partir de dados coletados sobre o número de instituições de educação superior classificadas por categoria administrativa, as autoras apresentaram o gráfico 1.

**Gráfico 1** Evolução do número de Instituições de Educação Superior brasileiras por categoria administrativa, entre 1990 e 2017.



Fonte: Elaborado por Borges e Ribeiro (2019, p. 113).

A partir do gráfico elaborado por Borges e Ribeiro (2019), constata-se um aumento vertiginoso no número de instituições de educação superior privadas a partir de 1995, com um salto entre os anos 2000 e 2005. Em 27 anos, houve um aumento de centenas para dois milhares de instituições dessa categoria administrativa. Ao mesmo tempo, o número de instituições de educação superior públicas sempre foi uma constante, não ultrapassando 400 instituições durante todo o período analisado.

Procedendo uma análise específica e pontual, apresenta-se a tabela 2 seguinte, elaborada por Borges e Ribeiro (2019), que quantificaram o número de instituições de educação superior brasileiras, por categoria administrativa, no ano de 2017, último indicado pelas autoras no gráfico 1.

**Tabela 2** Número de Instituições de Educação Superior brasileiras por categoria administrativa em 2017.

Total de Instituições	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
	Pública	Privada	Público	Privado	Pública	Privada	Público	Privado
2.448	106	93	08	181	142	1.878	40	-

Fonte: Elaborado por Borges e Ribeiro (2019, p. 112).

Os dados apresentados na tabela 2 por Borges e Ribeiro (2019) demonstram que as

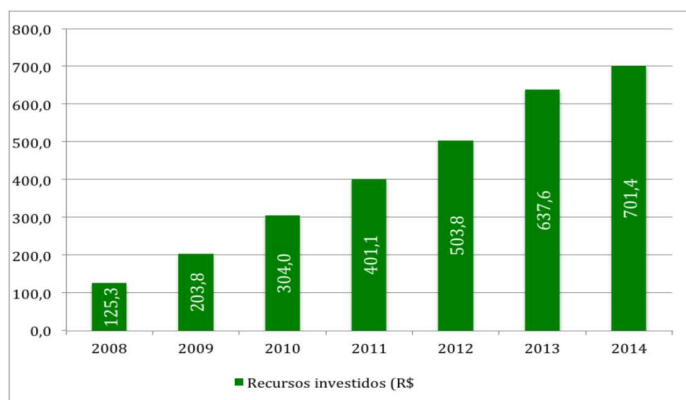
instituições de educação superior brasileiras classificadas na categoria administrativa públicas, representaram, em 2017, 296 instituições de um total de 2.448. É o equivalente a 12% do total, enquanto que as instituições classificadas na categoria administrativa privadas, representaram, no mesmo período, 88% do total, com 2.152 instituições.

Quando se compara o aumento do número de matrículas em cursos de graduação presenciais nas instituições privadas ao longo dos anos, conforme demonstrado por Corbucci, Kubota e Meira (2016), com o aumento no número de instituições de educação superior privadas, conforme Borges e Ribeiro (2019) apresentaram, pode-se inferir que o aumento de uma (instituições) possibilitou o aumento de outra (matrículas), em um ambiente privado. Esses dados reforçam a ideia de Chauí (2003), de que a educação, no contexto contemporâneo, deixou de ter um enfoque público, e passou a ter um enfoque privado. Os programas PROUNI e FIES, mencionados por Almeida, Almeida e Teixeira Filho (2017) e discutidos anteriormente, contribuem para esse enfoque na iniciativa privada, ao mesmo tempo em que visa fomentar o acesso e permanência de estudantes com baixo rendimento econômico, na educação superior. Os dados também reforçam a ideia de Bianchetti (2017), sobre a rápida e crescente transformação das universidades no Brasil em organizações mercadológicas.

No âmbito de instituições de educação superior públicas, apesar do acesso e permanência serem gratuitas aos estudantes, houve atenção por parte das políticas públicas, a permanência de estudantes carentes na educação superior, como no caso do programa PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil. Camargo (2014) apresenta um estudo sobre o programa, explicando que o mesmo visa dar igualdade de oportunidades entre estudantes, repassando recursos a universidades públicas que devem financiar ações de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde e outras que possibilitem melhorar o desempenho acadêmico. O autor elaborou o gráfico 2, para demonstrar a evolução do aporte financeiro destinado ao PNAES no orçamento federal.

**Gráfico 2** Repasse de recursos às universidades federais, em milhões, a ser aplicado em assistência estudantil, período 2008 a 2014.





Fonte: Elaborado por Camargo (2014, p. 12).

Observa-se no gráfico 2 elaborado por Camargo (2014), que os recursos destinados às universidades federais, para assistência estudantil, aumentaram de 125 milhões de reais, em 2008, para 701 milhões de reais em 2014, representando um aumento de 460% em seis anos. Esses dados apontam para uma atenção das políticas públicas para a área de assistência estudantil, sendo uma sinalização para atenuar a exclusão social que Chaui (2003) indicou como parte da mudança da universidade pública sob a ótica da democracia e formação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho iniciou suas considerações ao apontar a importância das universidades para a sociedade em que está inserida, por promover e transmitir conhecimentos que possibilitem transformações sociais, sejam nas áreas científicas, econômicas ou sociais. A literatura abordada demonstra que no Brasil, as universidades são fortemente influenciadas pelo Estado, especialmente nas reflexões de Chaui (2003), mas complementada por outros autores também.

A pesquisa buscou demonstrar, a partir de dados de outras pesquisas, se o entendimento dessas reflexões possui base objetiva nas ações de Estado, essencialmente por meio da indicação quantitativa, de indicadores do ambiente educacional nacional. Assim, as evidências permitiram concluir que a reforma do Estado indicado por Chaui (2003) influenciou na quantidade de matrículas em cursos de graduação presenciais nas instituições privadas e públicas, em que as primeiras absorvem o maior quantitativo de matrículas, conforme estudo de Corbucci, Kubota e Meira (2016). Almeida, Almeida e Teixeira Filho (2017) corroboram o incentivo estatal para o aumento dessas matrículas no setor privado, ao fomentar programas como o FIES e o PROUNI.

Outra conclusão refere-se a reflexão de Chaui (2003) para o enfoque privado para a

área da educação, em que o estudo de Borges e Ribeiro (2019) demonstraram a existência de significativo número de instituições de educação superior no âmbito privado, com crescimento acentuado a partir de 1995.

Por fim, no que tange a educação superior pública, Chaui (2003) reflete sobre o papel das universidades para a atenuação da exclusão social, e o enfoque democrático das mesmas. Concluiu-se, a partir dos estudos de Camargo (2014), que de fato houve uma atenção para assistência estudantil no período de análise da pesquisa do autor, tornando importante o papel das universidades públicas na sociedade.

Dessa forma, é perceptível o domínio da educação superior pelo setor privado, estimulados pelo Estado, ao mesmo tempo em que ainda existem alternativas de suporte do Estado aos cidadãos que requeiram auxílio financeiro para ingressar e permanecer em um curso de graduação, seja no setor privado, ou no público.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Ribeiro e; ALMEIDA, Leonardo Ribeiro de; TEIXEIRA FILHO, Antônio Raimundo Cardoso. Massificação do ensino superior brasileiro: um modelo de privatização a partir dos programas FIES e PROUNI. *Anais do XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária*. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181131/101\\_00066.pdf](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181131/101_00066.pdf). Acesso em 09 jul. 2020.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da Universidade à Commoditycidade ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado**. São Paulo: Mercado das Letras, 2017.

BORGES, Gabriela Fernanda Silva; RIBEIRO, Elisa Antônia. A expansão da educação superior brasileira a partir dos anos 90: democratização ou massificação? *Revista Triângulo*, v. 12, n. 1, 2019, p. 103-118. ISSN 2175-1609. Uberaba, Minas Gerais. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/3450/3500>. Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

CAMARGO, Murilo Silva de. A evolução dos indicadores da educação superior brasileira no período 2003 a 2013: dados e resultados das políticas públicas implementadas. *Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária*. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131810/2014-179.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 jul. 2020.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. N.2, 2003, p. 5-15. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>Acesso em: 26 mar. 2020

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luiz Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010.

**Radar**, Brasília, v.46, ago. 2016, p.7-12. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7066/1/Radar\\_n46\\_evolu%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7066/1/Radar_n46_evolu%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em 09 jul. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

WOODS JR. Thomas E. **Como a Igreja Católica construiu a civilização Ocidental**. São Paulo: Quadrante, 2008.